



Número: **0800628-07.2019.8.18.0068**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Porto**

Última distribuição : **22/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Imputação do Pagamento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA ALVES PEREIRA (AUTOR)		RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7425641	02/12/2019 11:15	Despacho	Despacho
5117328	22/05/2019 11:14	Petição Inicial	Petição Inicial
5117341	22/05/2019 11:14	AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT FRANCISCA ALVES PEREIRA	Petição
5117593	22/05/2019 11:14	PROCURAÇÃO	Procuração
5117599	22/05/2019 11:14	DOCS PESSOAIS E DIVERSOS	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5117605	22/05/2019 11:14	COMPROVANTE DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO E ROL DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DO SEGURO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de Porto DA COMARCA DE PORTO
Centro, 212, Avenida Presidente Vargas, PORTO - PI - CEP: 64145-000

PROCESSO Nº: 0800628-07.2019.8.18.0068
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Imputação do Pagamento]
AUTOR: FRANCISCA ALVES PEREIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade da justiça.

Designo audiência de conciliação para a data de 01/07/2020, às 09:00 horas.

Intimem-se as partes.

Cite-se a parte ré, admoestando-a da perspectiva de intimação para contestar.

O não comparecimento injustificado implicará no pagamento de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

Cumpra-se.

PORTO-PI, 2 de dezembro de 2019.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Porto



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO/PI.

FRANCISCA ALVES PEREIRA, brasileira, lavradora, portadora da cédula de identidade RG nº 2.269.032, inscrita no CPF/MF nº 017.105.713-90, residente e domiciliada na Localidade Malhada da Areia, zona rural do Município de Campo Largo do Piauí, por seu procurador judicial infra-assinado, com endereço profissional à Avenida Miguel Rosa, número 6555-3, Macaúba, Teresina-PI, com endereço de e-mail: rarodrigues07@hotmail.com, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

1. PRELIMINARMENTE

1.1 DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A Requerente declara em sã consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da [Lei nº1.060](#), de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos [2º](#), [parágrafo único](#); [3º](#) e [4º](#).

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, a Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

2. DOS FATOS

No dia 20 de janeiro de 2015, ocorreu um acidente automobilístico no qual o companheiro da autora, o senhor ANTONIO DE FREITAS, faleceu em consequência de Politraumatismo Cefálico Cervical, decorrente de acidente de moto, conforme certidão de óbito anexo. Ocorre que durante a constância da união estável com o falecido, não houve formação de prole, porém tal união se deu de forma ininterrupta e duradoura, contudo nenhum termo de união estável fora produzido em vida, nem qualquer contrato de união estável.

Ocorre que para a análise do processo administrativo relativo ao pagamento do seguro DPVAT a requerida elenca diversos quesitos formais para a configuração e consideração do requerente como beneficiário de tal pagamento, qual seja, a comprovação de união estável por meio de taxativos elementos de provas que devem acompanhar em sede de abertura de protocolo administrativo o restante dos documentos. Desta forma, por meio de processo de jurisdição voluntária, a autora veio a ser resguardar com intuito de promover a sua habilitação ao recebimento do seguro DPVAT, por meio de protocolo judicial de Ação de Reconhecimento de União Estável pós morte, em face do tramite processual judicial instaurado com ajuizamento do processo de nº 0000349-25.2017.8.18.0068, em 24/07/2017, nesta mesma Comarca, durante o qual referido processo judicial foi julgado procedente, com a consequente expedição de homologação de União estável póstuma.

Ademais, a mesma veio promover a provocação administrativa acerca do pagamento do seguro



DPVAT à requerida, conforme protocolo em anexo a esta inicial, todavia, tal análise do processo administrativo protocolado em 18 de janeiro de 2018 (comprovante de protocolo em anexo), nunca fora despachada de modo definitivo com a ciência inequívoca sobre o deferimento ou indeferimento do pedido, motivo pelo qual diante de tal fato vem a autora requerer providência jurisdicional a este respeito, com base na legislação vigente.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de morte.

3. DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;”...

Além do Certidão de óbito, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 373, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

3.1 DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA



Os documentos apresentados fazem provas suficientes, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desencontrado do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a



preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro **DPVAT**, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO **DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUTIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. **DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO **DPVAT** DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.**(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154).

“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”



“(…) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...).(20071010043086APC, Relator J. J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT**. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).

A indenização devida pelo seguro **DPVAT**, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO **DPVAT**. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO **DPVAT**. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro **DPVAT** deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro **DPVAT**, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)



Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro **DPVAT**, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT** com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

4. DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, a Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista a Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da **Constituição Federal** e o art. 2º, **parágrafo único**, da Lei nº 1.060/50 em c/c com o art. 98 e seguintes do CPC.
- b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pela autora, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 246 e 247, do **CPC**, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- c) - Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT** com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);
- f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Teresina-PI, 22 de Maio de 2019.

RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA
OAB/PI 12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO/PI.

FRANCISCA ALVES PEREIRA, brasileira, lavradora, portadora da cédula de identidade RG nº 2.269.032, inscrita no CPF/MF nº 017.105.713-90, residente e domiciliada na Localidade Malhada da Areia, zona rural do Município de Campo Largo do Piauí, por seu procurador judicial infra-assinado, com endereço profissional à Avenida Miguel Rosa, número 6555-3, Macaúba, Teresina- PI, com endereço de e-mail: rarodrigues07@hotmail.com, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

1.PRELIMINARMENTE

1.1 DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, a Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

2. DOS FATOS

No dia 20 de janeiro de 2015, ocorreu um acidente automobilístico no qual o companheiro da autora, o senhor ANTONIO DE FREITAS, faleceu em consequência de Politraumatismo Cefálico Cervical, decorrente de acidente de moto, conforme certidão de óbito anexo. Ocorre que durante a constância da união estável com o falecido, não houve formação de prole, porém tal união se deu de forma ininterrupta e duradoura, contudo nenhum termo de união estável foi produzido em vida, nem qualquer contrato de união estável.

Ocorre que para a análise do processo administrativo relativo ao pagamento do seguro DPVAT a requerida elenca diversos quesitos formais para a configuração e consideração do requerente como beneficiário de tal pagamento, qual seja, a comprovação de união estável por meio de taxativos elementos de provas que devem acompanhar em sede de abertura de protocolo administrativo o restante dos documentos. Desta forma, por meio de processo de jurisdição voluntária, a autora veio a ser resguardar com intuito de promover a sua habilitação ao recebimento do seguro DPVAT, por meio de protocolo judicial de Ação de Reconhecimento de União Estável pós morte, em face do trâmite processual judicial instaurado com ajuizamento

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

do processo de nº 0000349-25.2017.8.18.0068, em 24/07/2017, nesta mesma Comarca, durante o qual referido processo judicial foi julgado procedente, com a consequente expedição de homologação de União estável póstuma.

Ademais, a mesma veio promover a provocação administrativa acerca do pagamento do seguro DPVAT à requerida, conforme protocolo em anexo a esta inicial, todavia, tal análise do processo administrativo protocolado em 18 de janeiro de 2018 (comprovante de protocolo em anexo), nunca fora despachada de modo definitivo com a ciência inequívoca sobre o deferimento ou indeferimento do pedido, motivo pelo qual diante de tal fato vem a autora requerer providência jurisdicional a este respeito, com base na legislação vigente.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de morte.

3. DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

§ 1o A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;”...

Além do Certidão de óbito, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 373, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações.

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor*.

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

3.1 DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO).

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, conseqüentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado,

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÂ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUTIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154).

“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”

“(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006. (...).(20071010043086APC, Relator J. J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”

Advocacia e consultoria

Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.

Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

Advocacia e consultoria

Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.

Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE”. (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

4. DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, a Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A concessão da justiça gratuita, haja vista a Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50 em c/c com o art. 98 e seguintes do CPC.
- b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pela autora, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 246 e 247, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- c) - Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);
- f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Teresina-PI, 22 de Maio de 2019.

RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA

OAB/PI 12086

Advocacia e consultoria

Avenida Miguel Rosa, nº6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.

Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº12086



Advocacia & Consultoria Jurídica

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

Através do presente instrumento particular de mandato, FRANCISCA ALVES PEREIRA, brasileira, lavradora, portadora da cédula de identidade RG nº 2.269.032, inscrita no CPF/MF nº 017.105.713-90, residente e domiciliada na Localidade Malhada da Areia, zona rural do Município de Campo Largo do Piauí, nomeia e constitui como seu procurador o advogado: **RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA**, inscrito na OAB/PI sob o número 12086, todos com escritório profissional situado na Avenida Miguel Rosa, 6555, complemento 03, Bairro Macaúba, Teresina/PI, e outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos necessários perante repartições públicas, Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, Bancos, financeiras, tirar extratos bancários, sacar alvarás judiciais, praticar quaisquer atos de interesse do outorgante, perante particulares, empresas privadas e Públicas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, **pedir à justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)**, podendo atuar em conjunto ou separadamente, substabelecer com ou sem reservas, renunciar o presente mandato obedecendo ao disposto na lei e dando tudo por bom e valioso.

Teresina/PI, 02 de Maio de 2019.

Francisca Alves Pereira

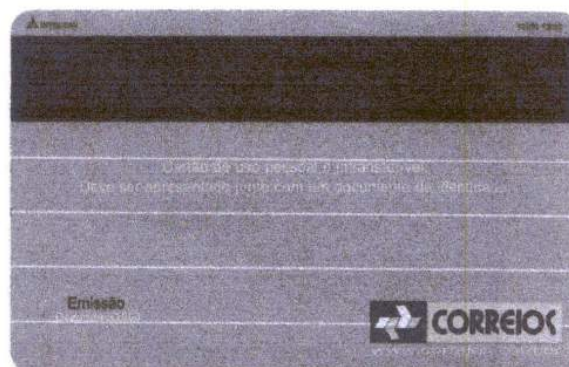
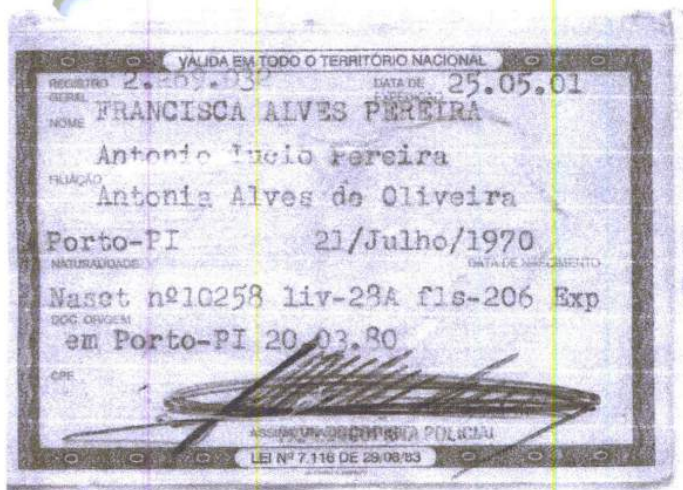
Testemunha 1 _____

Testemunha 2 _____

Advocacia e consultoria
Avenida Miguel Rosa, nº 6555/3, Bairro Macaúba, Teresina-PI.
Fone: (86)99428723/(86)88169399

Dr. Rafael Rodrigues de Sousa Silva
OAB/PI nº 12086





Beneficiária



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ-PI

CNPJ: 03.645.832/0001-53

Praça São José/s/n - Centro - Fone: (86) 3246-0044 - CEP: 64.148-000

Filiado a FETAG-PI

Município de Campos Gerais

Malhado de Azeite

Residência do Sócio

Ficha de Identificação

Entrada 17/11/2006

Saída / /

Nº 2.280

<input type="checkbox"/> Sócio <u>Manoel Alves Pereira</u> Pai <u>Antônio Gomes Pereira</u> Mãe <u>Antônia Alves de Oliveira</u> D. do Nasc. <u>21/01/70</u> Profissão <u>lavadeira</u>		<input type="checkbox"/> Sócio _____ Pai _____ Mãe _____ D. do Nasc. <u>/ /</u> Profissão _____	
Instrução <u>Alfabetizada</u> <input checked="" type="checkbox"/> Eleitor		Instrução _____ <input type="checkbox"/> Eleitor	
Lugar onde nasceu <u>São Raimundo</u> Município <u>Piçarra</u> Estado <u>Piauí</u>		Lugar onde nasceu _____ Município _____ Estado _____	
Estado Civil <u>solteira</u> Assalariado? <input type="checkbox"/> Morador? <input type="checkbox"/> Casa Própria? <input type="checkbox"/> Dias Cativos? <input type="checkbox"/> Produção Calhar? <input type="checkbox"/> Percentagem? <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Tem Contrato? <input type="checkbox"/> Em quê? _____ Produção Financiada? <input type="checkbox"/> Por Quem? _____ O que planta <u>banana, melão, feijão</u>		Pequeno Proprietário? <input type="checkbox"/> Rendeiro? <input type="checkbox"/> Parcelar? <input type="checkbox"/> Trabalhador Familiar? <input type="checkbox"/> Quantos por semana? <input type="checkbox"/> Em quê? _____ Guarda Cereais? <input type="checkbox"/> Em quê? _____ Cultiva quantos hectares? _____ Quantos possui? _____	
Nome <u>Manoel Alves Pereira</u> Bigode _____ Olhos _____ Cabelos _____ Barba _____ Carteira Profissional Nº <u>010935</u> Série <u>00023</u> Altura _____ Carteira Reservista Nº _____ Série _____ Via _____ Carteira de Identidade Nº <u>2869032</u> Série <u>049</u> Via _____ Título de Eleitor Nº <u>33097561597</u> Zona _____ Secção <u>0015</u> NIT Nº _____ CPF Nº _____		Impressão Digital	

Lugar onde trabalha Malhado de Azeite
 Tempo na profissão 21 anos Observações _____



CONFIRMAÇÃO
 Confere com o original
 Porto (PI) 10 de 2015
 Maria das Graças Castelo Branco Sales
 CPF/MF nº 338.809.563-91
 Abell Oficial Registro Civil e Imóveis

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
353116303 53

NOME COMPLETO
DOMINGOS SOARES DA SILVA

NASCIMENTO
03.11.55

ASSINATURA

Y

ESTE CARTÃO DEVE SER APRESENTADO COM A PRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

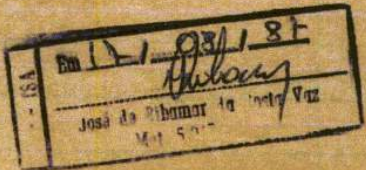
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA IMPOSTARIA, RECORRER A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISOR



NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1.202.032** DATA DE EXPEDIÇÃO **10.03.90**

NOME **DOMINGOS SOARES DA SILVA**

FILIAÇÃO **Josias Soares da Silva**
Dalcinto de Araújo Freitas

Porto - Piauí **03.Nov.1955**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cas. nº **616.Fls.133v. Liv.13-B.Exp.**

DOC ORIGEM **Porto - Pi. 13.11.1989**

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





República Federativa do Brasil
Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

ANTONIO DE FREITAS

MATRÍCULA:

078758 01 55 2015 4 00010 291 0001633 13

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Solteiro, 38 anos
NATURALIDADE Porto, Estado do Piauí	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF 000.492.163-17 RG 1.799.130 SSP/PI	ELEITOR Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de RAIMUNDA ROSA DE FREITAS, Já falecida. Residia na Localidade Malhada de Areia, zona Rural, Campo Largo do Piauí-PI

DATA E HORA DE FALECIMENTO
Vinte de janeiro de dois mil e quinze,
20h30min

DIA
20

MÊS
01

ANO
2015

LOCAL DE FALECIMENTO
Na PI 112- Próximo Loc. Pipiri, Zona Rural, Porto-PI

CAUSA DA MORTE
A) Politraumatismo Cefálico Cervical b) Acidente de moto

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO
Cemitério Terra Dura,
na cidade de Campo
Largo do Piauí-PI

DECLARANTE
Francisca Alves Pereira, CIRG
2.269.032 SSP-PI, lavradora,
solteira, residente no Lugar
Malhada de Areia, mun. de
Campo Largo do Piauí-PI

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Pelo médico Dr. Valter Sá Lima, CRM 2058

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-10, às folhas 291 verso, sob o nº 1633. Data do registro: 3 de fevereiro de 2015. Era portador do título de eleitor nº 025074311589, Zona 049, seção 0046. O falecido não deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido. O número da DO é 21366831-9. OBSERVAÇÃO Número CTPS 1960714, serie 001-0 UF-PI.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.
Porto-PI, 3 de fevereiro de 2015

NOME DO OFICIAL

Cartório Virgínia

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Castelo Branco Sales

ENDEREÇO
419155-PI

AVENIDA

Presidente Vargas nº 61

CENTRO

PORTO-PI

Série 156

ATO GRATUITO

Nº ANG 006479

Série 006

ATO GRATUITO

Nº ANG 006479

Série 006



Assinado eletronicamente por: RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA - 22/05/2019 11:14:07

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052211140691400000004907531>

Número do documento: 19052211140691400000004907531

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PI
0120030011157

Nº 4735552250

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

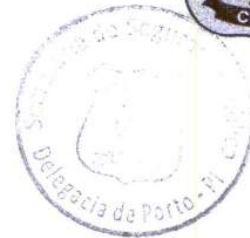
VEIC.	LOG. RENAVAM.	RTB.
1	797018883	
NOME/ENDEREÇO		
DOMINGOS SOARES DA SILVA		
R. DEZ DE JULHO		00000
CENTRO		PI
CPF/CGC		PLACA
35311630353		LVW-4890
NOME ANTERIOR		
PARNAUTO		
PLACA ANT./UF	CHASSI	
	9C2JC30103R047271	
ESPÉCIE TIPO		COMBUSTÍVEL
PAS/MOTOCICLO/*****		GASOLINA
MARCA/MODELO		ANO FAB. - ANO MOD.
HONDA/CG 125 TITAN KS		2002 2003
CAP./POT./CIL.	CATEGORIA	COR/PREDOMINANTE
035/0124CC	PARTIC	VERMELHA
OBSERVAÇÕES		
SEM RESTRICOES		
NOME DO DETENTOR		DATA
RAFAELAS OLIMPIO		11/03/2003



Assinado eletronicamente por: RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA SILVA - 22/05/2019 11:14:07
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052211140691400000004907531>
 Número do documento: 19052211140691400000004907531



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO-PI



DECLARAÇÃO

Declaro a pedido da parte do interessado conforme, **BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE Nº 025/2015** que **ANTONIO FREITAS**, foi vítima de acidente de trânsito a **INEXISTÊNCIA do IML, CORPO DE BOMBEIROS, SAMUR e ANJOS DO ASFALTO**, na cidade de Porto, Nossa Senhora dos Remédios e Campo Largo do Piauí - PI, área de circunscrição desta Delegacia de Polícia Civil.

DP – Porto/PI, 21 de outubro de 2015.

Francisco de Assis
Escritor
Mário de Fátima





República Federativa do Brasil
Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
ANTONIO DE FREITAS

NATURALIDADE: 078758 01 55 2015 MATRÍCULA: 4.00010 291 0001633 13

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Solteiro, 38 anos
NATURALIDADE Porto, Estado do Piauí	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF 000.492.163-17 RG 1.799.130 SSP/PI	RELEVO Sim

RESIDÊNCIA: Filho de RAIMUNDA ROSA DE FREITAS, já falecida. Residia na localidade Malhada de Areia, Zona Rural, Campo Largo do Piauí-PI

DATA E HORA DE FALECIMENTO: Vinte de janeiro de dois mil e quinze, 20h30min

LOCAL DE FALECIMENTO: Na PI 112- Próximo Loc. Pipiri, Zona Rural, Porto-PI

CAUSA DA MORTE: a) Politraumatismo Cefálico Cervical b) Acidente de moto

ENTERRAMENTO / CEMITÉRIO Cemitério Terra Dura, na cidade de Campo Largo do Piauí-PI	DECLARANTE Francisca Alves Pereira, CARG 2.269.032 SSP-PI, lavradora, solteira, residente no lugar Malhada de Areia, mun. de Campo Largo do Piauí-PI
--	---

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE PRESTOU(AM) O CÉLITO:
Pelo médico Dr. Valter Sá Lima, CRM 2058

OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES:
Ato registrado no livro C-10, às folhas 291 verso, sob o nº 633. Data do registro: 3 de fevereiro de 2015. Era o portador do título de eleitor nº 025074311589, Zona 049, Seção 0046. O falecido não deixou bens a inventariar e nem testamento conhecido. O número da DO é 21066833-9. OBSERVAÇÃO Número CTPS 1960714, serie 001-0 CH-PI.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.
Porto-PI, 3 de fevereiro de 2015

NOME DO OFICIAL
Cartório Virginia

ASSINATURA
Maria das Graças Castelo Branco Sales

LOCALIZAÇÃO
Porto-PI

ENDEREÇO
Avenida Presidente Vargas nº 61
Centro

Cartório das Graças Castelo Branco Sales
Rua das Graças Castelo Branco Sales
Porto-PI, 01.015-000





PARNAUTO VEÍCULOS LTDA.

Dr. PARNALTO, Rua do Carmo, 100, 1.º andar, Caixa Postal 100, 100-000, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Tel. (021) 250-1111. Fax (021) 250-1112. E-mail: parnalto@uol.com.br

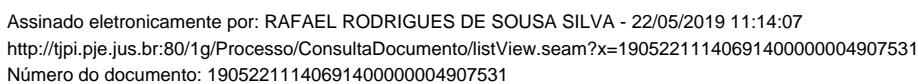
RS 4,100.00/-

Recibí de Mr. J. J. Higgins, de los señores Higgins & Co. de Nueva York, un importante lote de

Referente: A.P. pagamento de OS PITANUS com 121 milhas
C.N. 047277 - ano 12/03 //

Paraiiba, 13/11/02

ASSINATURA *Luigi Bongiorno*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Piauí

Comarca de Porto

Cartório VIRGÍNIA 2º Ofício

CNPJ/MF nº 10.932.419/0001-35

Avenida Presidente Vargas nº. 61 Centro

Fone (...) 86 3243 - 1298 e 8811 7411



TRASLADO

ATA NOTARIAL DE DECLARAÇÃO PÚBLICA QUE FIGURA COMO DECLARANTE SOLICITANTE: FRANCISCA ALVES PEREIRA, Na forma abaixo; Livro de Notas nº 17, fls.140.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze (03.03.2015), as nove horas (09:00), nesta cidade de Porto, Estado do Piauí, no Cartório do 2º Ofício de notas, situado na Avenida Presidente Vargas, nº 61 - Centro, Eu, Maria das Graças Castelo Branco Sales, Tabeliã Pública, lavro a presente Ata Notarial, tendo em vista a Declaração e solicitação de - FRANCISCA ALVES PEREIRA, brasileira, maior, solteira, anteriormente convivente lavradora, portador da RG nº 2.269.032-SSP/PI, CPF nº 017.105.713-90, residente e domiciliada atualmente na localidade "Malhada de Areia" município de Campo Largo do Piauí-PI, E ai sendo, a Declarante/solicitante, na presença de três testemunhas no final qualificadas e assinadas, perante mim Tabeliã, prestou as declarações especiais nos seguintes termos: Que desde o ano de dois mil e onze (2011), passou a conviver junto com o senhor ANTONIO DE FREITAS, que conviviam morando sob o mesmo teto, como marido e mulher, dependendo um do outro economicamente e afetivamente, respeitando-se mutuamente, que da união não houvera filhos, entretanto a outorgante e reciprocamente outorgada, diz ter tido uma convivência pública, continua e duradora, sem interrupção, de um dia sequer, com a senhor ANTONIO DE FREITAS, até o dia da sua morte que declara ter sido no dia, 20 de janeiro de 2015. Que conviviam no lugar "Malhada de Areia" município de Campo Largo do Piauí -PI que trabalhavam na localidade "Malhada de Areia" município de Campo Largo do Piauí-PI, de propriedade do senhor Francisco Ramos da Silva, de onde os dois tiravam o sustento para suas manutenção e sobrevivência, que continua residindo no mesmo endereço, porem enfrentando muitas dificuldades, pois o seu companheiro era o seu grande companheiro amigo e a ajudava muito nas atividades agrícolas e domésticas. Que comparece nesta serventia e perante mim

ufp



Electronics
Distribution Dept.

000974554

100-443887-1000

Ata da 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Rede de Proteção Social Básica do Município de São Paulo, realizada em 26 de abril de 2007.

Page 14 of 14

02/03/2015

84

32,65

FRANCISCA ALVES PEREIRA
 PV MALHADA DE AREIA S/N B-RURAL
 CPF: 00001710571390
 CEP: 64.148-000 - CAMPO LARGO D

ROT: 138.325.16.82.005850

4617	26/01/2015
4533	23/03/2015
1.000	23/02/2015
84	23/07/2015
84	28

Forma de Pagamento: **NORMAL** Código de Registro: **72**

1.4.1.1

RESID. BX. REND. MONS

CONSUMO		54 A R\$ 0,00		24,03	
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)		18,20		24,03	
JAN/15	81				
	77				

DEZ/14	12	DIFERENCA DE TAXA	0,00
NOV/14	66	SUBVENCAO BAIXA RENDA	0,50
OUT/14	55	CORRECAO MONETARIA IG 01/15-00	0,00
	22		

SET/14	80	MULTA POR ATRASO DE 15 MINUTOS - 1,26
AGO/14	81	JUROS DE MORA DE IMPO 01/15-00
JUL/14	66	PROTEÇÃO BANDEIRA VERMELHA - 1,26

JUL/14	65	ADICIONAL
JUN/14	74	
MAR/14	74	

ABR/14
TODAY - 2014 APR 14
09:50 - 10:00 AM

31 A 31 - 0.25510

Parabens! Até o dia 12/02/2015, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

RECEIVED 10/10/00 543A 8476 E302.13CE.2E4F.201E.0BB1.32F0

Item	Valor	Item	Valor
Diário de bordo	12,80	Diário de bordo	48,40
Exatidão	10,50	Adicional de ICMS	20,00
Transmissão	1,48	Valor de ICMS	9,60
Encargos	2,86	Valor de IPI	0,30
Imposto	11,76	Valor de IPI	1,70

1176

	Indonesian	Rural	Total
8,01	8,54	17,08	34,16

6,51 13,03 26,07 8,54 17,08 34,16 0,00
0,00 0,00 12/2014

0,00 12/2014

MATIAS OLIMPIO
 RDT: 138.325.16.82.005250

ROT: 138.325 16.02.0000

305414-5

100-127815
JAN 24 1968
FBI - NEW YORK

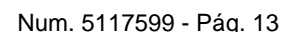
02/2015





I	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 20.01.2019 20:30	3 Cartão SUS	4 Naturalidade Porto - PI
	5 Nome do Falecido Antonio de Freitas			
II	6 Nome do Pai		7 Nome da Mãe Reinunda Rosa de Freitas	
	8 Data de nascimento 17.03.1976	9 Idade 37	10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.	11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena
III	12 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado judicialmente/divorciado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Ignorada		13 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) Machado de Assis	
	14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) Navegador		15 CEP 641148000	
IV	16 Bairro/Distrito Zona Rural		17 Município de residência Campo Largo do Piauí	
	18 Local de ocorrência do óbito <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorado		19 Estabelecimento	
V	20 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) R. 132 - Próximo loc. Pipim		21 CEP	
	22 Bairro/Distrito Zona Rural		23 Município de ocorrência Porto	
VI	24 PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE		25 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)	
	26 Idade (anos) 27 Escolaridade (última série concluída) 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo		28 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)	
VII	29 Número de filhos vivos 30 Perdas fetais/abortos 31 Nº de semanas de gestação		32 Tipo de gravidez 33 Tipo de parto	
	34 Morte em relação ao parto 1 Antes 2 Durante 3 Depois 9 Ignorado		35 Peso ao nascer 36 Número da Declaração de Nascimento Vivo	
VIII	37 ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL 1 Na gravidez 3 No abortamento 5 De 43 dias a 1 ano após o término da gestação 2 No parto 4 Alé 42 dias após o término da gestação 8 Não ocorreu nestes períodos		38 ASSISTÊNCIA MÉDICA 39 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado	
	40 CAUSAS DA MORTE PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.		41 DIAGNÓSTICO CONFIRMADO POR: 39 Necropsia? 1 Sim 2 Não 9 Ignorado	
IX	42 Nome do Médico Volta do Line		43 CRM 258	
	44 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 96 3244-1467		45 Data do atestado 02/02/2019	
X	46 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)		47 Assinatura Dr. Valter Sá Lima	
	48 Tipo 1 Acidente 2 Suicídio 3 Homicídio 4 Outros		49 Acidente de trabalho 1 Sim 2 Não	
XI	50 Descrição sumária do evento		51 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 Via pública 2 Endereço de residência 3 Outro domicílio 4 Estabelecimento comercial 5 Outros 9 Ignorada	
	52 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		53 Número 54 Bairro 55 Município 56 UF	
XII	57 Cartório		58 Registro 59 Data	
	60 Município		61 UF	
XIII	62 Declarante		63 Testemunhas A B	

1/10/2015 18:55:55





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PORTO



BOLETIM DE OCORRENCIA

DADOS DA OCORRENCIA:

Ocorrência nº 025/2015	Data do Registro: 29/01/2015
Natureza: MORTE ACIDENTAL NO TRANSITO	Horário: 11h20min

NOTICIANTE:

FRANCISCA ALVES PEREIRA, Brasileira, natural de Porto/PI, unida estavelmente, lavradora, nascida em 21/07/1970, filha de Antônio Lucio de Oliveira e de Antônia Alves de Oliveira, residente na localidade Malhada de Areia, zona rural de Campo Largo do Piauí – PI.

HISTORICO:

A noticiante informa a Autoridade Policial que por volta das 06h do dia 21 de janeiro de 2015, tomou de que seu companheiro de nome **ANTONIO DE FREITAS**, brasileiro, natural de Porto – PI, unido estavelmente, lavrador, com 38 anos de idade, nascido em 17/03/1976, filho de Raimunda Rosa de Freitas, portadora da RG nº 1.799.130 SSP-PI e CPF nº 000.492.163-17, então, residente na localidade Malhada de Areia, zona rural de Campo Largo, havia sido encontrado já sem os sinais vitais, na margem da referida Rodovia, mas precisamente na localidade Pipiri, zona rural de Porto, vítima de acidente de trânsito; QUE ANTONIO DE FREITAS, na noite do dia 20 de janeiro de 2015, trafegava pela Rodovia Estadual – PI, que liga Porto a Campo Largo, retornando de uma festa dançante na cidade de Nossa Senhora dos Remédios-PI, conduzindo a motocicleta de marca Honda CG 125 TITAN, de cor vermelha, ano-modelo 2002/2002, placa – LVW 4890 – PI, chassi nº 9C2JC30103R047271, licenciada em nome de Domingos Soares da Silva; QUE na localidade Pipiri, zona rural de Porto, por motivo não sabido saiu da pista de rolamento, ocorrendo o tombamento; QUE em decorrência desse tombamento o condutor da motocicleta sofreu lesões corporais, tendo sido o mesmo encontrado já sem os sinais vitais; QUE o corpo de ANTONIO DE FREITAS foi conduzido para o Hospital de Porto, tendo sido constatado a morte do mesmo, em virtude das lesões provocadas por acidente de trânsito. Como o fato acima exposto constitui crime, veio a esta Delegacia de Polícia registrar o fato.

DADA e LAVRADA, nesta Delegacia de Polícia da cidade de Porto, Estado do Piauí. Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2015. Eu, Francisco das Chagas Sousa e Silva, Escrivão de Polícia Civil, que o digitei.

NOTICIANTE:

Francisco Dennis Lustosa Sampaio
Delegado de Polícia Civil

Francisco das Chagas Sousa e Silva
Escrivão de Polícia Civil





CONEXÃO COMERCIAL MAPFRE
PREMIALIDADE NO CLICK

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA REGULAÇÃO DPVAT

Tipo de Processo <input checked="" type="radio"/> Processo Novo <input type="radio"/> Documentos Complementares		Atendente FLAVIA ALVES DE ARAUJO	
Tipo de Sinistro Morto		Agência SU CURSAL TERESINA	
Nome do Requerente MARCELO RIBEIRO DE BRITO		Nome da Vítima ANTONIO DE FREITAS	CPF da Vítima 00049216317
Documentos Complementares			
<input type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima <input type="checkbox"/> CPF da Vítima <input type="checkbox"/> DUT ou Bilhete de Seguro envolver Ônibus <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência Policial <input type="checkbox"/> Identidade / CPF do Procurador		<input type="checkbox"/> Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário <input type="checkbox"/> CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais <input type="checkbox"/> Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT <input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Requerente <input checked="" type="checkbox"/> Comprovante de Residência do Procurador	
Morte <input checked="" type="checkbox"/> Certidão de Óbito (Cópia autenticada) <input type="checkbox"/> Laudo do Exame Cadavérico ESPCSO(A) (Cópia autenticada) <input type="checkbox"/> Certidão de Casamento Atualizada (Cópia autenticada) <input checked="" type="checkbox"/> Autorização de Pagamento <input type="checkbox"/> Prova de Companheirismo junto ao INSS <input type="checkbox"/> Declaração de Dependentes na Rec.Fel. <input type="checkbox"/> Prova de Dependência na CTPS <input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento ou Casamento <input type="checkbox"/> Declaração de Únicos Herdeiros <input type="checkbox"/> Certidão de Nascimento <input type="checkbox"/> Certidão de Óbito dos Genitores <input type="checkbox"/> Alvará Judicial		Invalidez Permanente <input type="checkbox"/> Laudo do IML com Alta Definitiva Cópia autenticada Centros Ditos Entregues e Observações PROCURAÇÃO JBC DECLARAÇÃO POLICIA CIVIL CERTIDÃO DE ÓBITO COPIA DE RG E CPF DE FCA ALVES PEREIRA FICHA DE FILIAÇÃO SINDICATO - FCA ALVES PEREIRA AUT DE PAGAMENTO CIRCULAR SUSEP TRASLADO COMP DE ENDEREÇO- BENEFICIÁRIA COMP DE ENDEREÇO	
		DAMS <input type="checkbox"/> Declaração do Primeiro Atendimento Hospitalar <input type="checkbox"/> Relatório Médico <input type="checkbox"/> Comproventes das Despesas Médico-Hospitalares (originais e quitados) <input type="checkbox"/> Notas Fiscais de Farmácias acompanhadas das respectivas Receitas (originais e quitadas) <input type="checkbox"/> Termo de Anuência em casos de Despesas pagas por Terceiros	



Informação: Os documentos abaixo relacionados estão pendentes, ficando o prazo de pagamento do sinistro suspenso até a complementação do processo

Documentos Básicos:

- Identidade / Cert de Nasc / CTPS da Vítima
- Identidade / Cert de Nasc / CTPS do Beneficiário
- CPF da Vítima
- CPF do Benef ou no caso de seus Rep Legais
- DUT ou Bilhete de Seguro envolver Ônibus
- Proc Ori e Especifica p/ recto. do Seguro DPVAT
- Boletim de Ocorrência Policial Cópia autenticada
- Comprovante de Residência do Requerente
- Identidade / CPF do Procurador

<http://conexaocomercial.mapfre.com.br/DPVAT/ImpressaoDPVAT.aspx?Protocolo=0...> 18/01/2018






Buscar no site


Seguro DPVAT / Como Pedir Indenização (/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx)

Documentação Morte

ACESSIBILIDADE

 **A A A**

(/Pages/Acessibilidade.aspx)

 **Consulte o prazo para pedir indenização**

(/Pages/Atalhos-de-consulta-para-pedir-indenizacao.aspx)

Para morte e despesas médicas: prazo de 3 anos a contar da data do acidente.

Para invalidez permanente: prazo de 3 anos a contar da ciência da invalidez permanente da vítima.

DD/MM/AAAA

Q

Que tipo de vítima?

→

não deixou cônjuge, tinha companheiro(a) e não deixou descendentes ▼

Abaixo, você irá encontrar os documentos normalmente requeridos para a análise do pedido de indenização do Seguro DPVAT. Em casos especiais, a seguradora poderá solicitar algum documento ou informação complementar. Se isso acontecer, lembre-se que o objetivo dessa solicitação é garantir que o pagamento seja realizado em favor do legítimo beneficiário.

Os documentos para abertura do pedido de indenização só poderão ser entregues pelo beneficiário ou representante legal. A apresentação da documentação por terceiros somente será possível após entrega de procuração específica para dar entrada no Seguro DPVAT.

Documentos do Acidente

Documentos da Vítima

Companheiro(a)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Documentacao-Morte.aspx>



05/2019

Documentos Despesas Médicas
(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicinas.aspx)
Documentos Invalidez Permanente
(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)



PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

→ Formulário de Pedido do Seguro DPVAT - (ver/imprimir modelo (.pdf) 169KB (/Documents/formularios-indenizacao/Formulario_Unico.pdf)).

INSTRUÇÕES IMPORTANTES:

1. É necessário o preenchimento completo de todos os dados, de forma legível e sem rasuras.
2. Os nomes dos beneficiários deverão ser informados completos e sem abreviações.
3. No Formulário de Pedido do Seguro DPVAT, é necessário informar a quantidade de filhos, pais e avós vivos e falecidos, bem como eventuais nascituros (aquele que está sendo gerado, mas ainda não nasceu).
4. Os beneficiários com idade entre 0 e 15 anos ou o incapaz com curador deverão ser representados pelos pais, tutor ou curador. O Formulário de Pedido do Seguro DPVAT deverá ser preenchido com os dados dos beneficiários e assinado somente pelo representante legal no campo "assinatura do representante legal".
5. Os beneficiários com idade entre 16 e 17 anos deverão ser assistidos pelos pais ou tutor. O Formulário de Pedido do Seguro DPVAT deverá ser preenchido com os dados dos beneficiários, assinado por eles no campo "assinatura da vítima/beneficiário (declarante)" e, também, por seu representante legal, no campo "assinatura do representante legal". O representante legal deve estar devidamente identificado por meio dos seus respectivos documentos.
6. Na cobertura por morte, a assinatura de duas testemunhas é obrigatória no Formulário de Pedido do Seguro DPVAT. Elas devem assinar no campo "testemunhas".
7. Em caso de indenização por morte com mais de um beneficiário, é necessário preencher um Formulário de Pedido do Seguro DPVAT para cada beneficiário.
8. Em caso de beneficiário não alfabetizado, o Formulário de Pedido do Seguro DPVAT deverá ser impresso, preenchido e assinado a rogo por pessoa indicada pelo beneficiário não alfabetizado no campo "assinatura de quem assina a rogo", na

presença de 02 (duas) testemunhas que também deverão assinar esses documentos no campo "testemunhas". Nesse caso, o beneficiário não alfabetizado também deverá inserir, nos documentos, a sua impressão digital. Nos casos que o beneficiário não alfabetizado optar por nomear procurador com poderes para assinar o Formulário de Pedido do Seguro DPVAT, este deve assinar no campo "assinatura do procurador".

- RG (ou CNH, Carteira de Trabalho, Cert.Casamento ou de Nascimento)- cópia simples;
- CPF do companheiro(a) beneficiário(a) - cópia simples;
- Prova de Companheirismo junto ao INSS ou declaração de dependente junto à Receita Federal ou Alvará Judicial;
- Comprovante de residência ?

Documentos do Beneficiário - Ascendente (pai, mãe ou avô/avó da vítima)

Outros - (somente em caso de beneficiário representado por procurador)

Informações importantes sobre o recebimento da indenização

[Voltar \(/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx\)](#)